

Plano Brady produz benefícios limitados e deverá ser alterado

por Peter Truell
da AP/Dow Jones

A estratégia do governo do presidente norte-americano George Bush para a dívida internacional — o Plano Brady — está produzindo apenas benefícios limitados para o México. Isso sugere que os Estados Unidos poderão reduzir ainda mais o destaque dado anteriormente à redução da dívida dos países em desenvolvimento, noticiou na sexta-feira o Wall Street Journal.

Um novo acordo sobre a dívida em favor das Filipinas e um acordo atualmente negociado com a Venezuela já mostraram um recuo, visto estar sendo dado um destaque maior aos novos empréstimos bancários do que às reduções dos créditos já concedidos. E existe grande especulação quanto à possibilidade de o México logo precisar de mais empréstimos bancários do que lhe foram concedidos dentro do atual acordo sobre a dívida.

Funcionários do governo norte-americano manifestaram grande expectativa quando o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, anunciou a nova estratégia para a dívida em março passado. Em comparação com os enfoques anteriores, o novo plano deu maior destaque à redução da dívida e dos pagamentos de juros dos países em desenvolvimento, em contraste com a simples busca de novos créditos.

No mesmo mês de março, o subsecretário do Tesouro, David Mulford, disse ao Congresso que as reduções da dívida do México poderiam "ultrapassar de muito os 20%" dos créditos estrangeiros concedidos a esse país.

Isso equivaleria a um corte de US\$ 20 bilhões na dívida total do México, estimada em US\$ 100 bilhões, e

mesmo que essa taxa de 20% fosse aplicada apenas a uma porção limitada da dívida governamental de US\$ 53 bilhões a médio e longo prazos, isso daria uma redução de US\$ 10,6 bilhões.

Mas o ministro das Finanças do México, Pedro Aspe, disse na última quarta-feira que o México espera agora reduzir apenas cerca de US\$ 8 bilhões de sua dívida aos bancos estrangeiros e cerca de US\$ 900 milhões dos juros anuais sobre sua dívida externa, que atualmente somam mais de US\$ 10 bilhões. Acrescentou que o México não vai receber a quantidade de empréstimos que anteriormente esperava obter. Banqueiros e analistas afirmam que nos próximos três anos o México receberá cerca de US\$ 1 bilhão em novos empréstimos bancários e alguns poucos bilhões de dólares mas em créditos governamentais e multilaterais, como parte de seu acordo sobre a dívida.

Isso significa que haverá apenas uma ligeira redução na dívida global do Mé-

xico. Felizmente, para o México, parece que sua política econômica está produzindo resultados melhores. Em sua última proposta orçamentária, anunciada na quarta-feira passada, o governo mexicano previu que o déficit governamental do próximo ano cairá ao seu nível mais baixo em 20 anos — 1,6% do Produto Nacional Bruto, em comparação com 6,3% neste ano. Projetou também um crescimento econômico ajustado à inflação de 3,5% no próximo ano, em comparação com 2,5% neste ano.

Apesar disso, a constante e pesada dívida externa ameaça solapar alguns dos êxitos econômicos do país.

A busca de um novo acordo sobre a dívida externa por parte do México foi longa e difícil. Começou há quase exatamente um ano, quando autoridades mexicanas visitaram Washington para tentar obter alguns empréstimos temporários nos Estados Unidos. Nessa época, e nos primeiros meses deste ano, representantes do Tesouro norte-

americano disseram aos mexicanos que esperassem pela nova estratégia de Washington para a dívida, que depois seria anunciada por Brady no mês de março.

Vários entre os mais importantes bancos fizeram então significativas reservas para se precaverem contra os créditos problemáticos.

Agiram assim em resposta à nova estratégia da dívida, e particularmente às difíceis negociações em meados do ano passado, quando foram obrigados a aceitar possíveis reduções no valor de seus empréstimos. O J.P. Morgan & Co., por exemplo, aumentou suas reservas para 100% de seus créditos pendentes a países devedores problemáticos.

Com essas medidas, os bancos estavam advertindo o governo Bush de que, se o quisessem, poderiam dar-se o luxo de deixar unicamente aos Estados Unidos e aos governos de outros países industrializados a tarefa de fornecer futuros financiamentos aos países fortemente endividados.